

É o povo lutando contra os sinais de morte, impostas pelo sistema.

É a comunidade recriando a VIDA.

É o Deus Libertador, caminhando junto de seu povo, impulsionando-o para a descoberta, a coragem, a luta, a liberdade...

É a vida resistindo a toda opressão.

c) O nível de politização

Se as doenças do povo estão relacionadas com a atual conjuntura e estrutura do país, é necessário ir mais fundo na conquista da saúde. As alternativas da medicina popular são muito importantes, mas não chegam à raiz do problema.

A organização popular e as reivindicações são um passo muito importante, mas ainda não bastam. É preciso ir mais fundo. É o campo da política. É a militância do agente da saúde, fazendo-se companheiro com os outros companheiros, assumindo conscientemente uma prática política, para lutar:

— por um governo que permite a participação do povo nas decisões;

— por um governo que devolva ao povo o direito à saúde, ao trabalho, à terra, ao salário justo, à educação...

Esse é o compromisso de sua fé.

À medida que FÉ e VIDA se integrarem, conseguiremos a realização do capítulo 65 de Isaías: "Vou criar novos céus e nova terra"... "Os homens construirão casas e as habitarão, plantarão videiras e comerão os seus frutos. Já não construirão para que outro habite a sua casa, não plantarão para que outro coma o fruto..."

6. DIFICULDADES E FACILIDADES.

Pela própria situação que a realidade nos impõe, são grandes as dificuldades que todos nós enfrentamos. O problema econômico é o mais crucial e cresce cada dia mais, trazendo inúmeros outros como conseqüência. O medo é um deles, que amarra, dificulta a caminhada, destrói, desencoraja...

A dicotomia religiosa conseguiu alienar o povo para uma espiritualidade intimista, descomprometida, desligada

Assim temos:

- . o medo pela sobrevivência
- . o medo do assalto
- . o medo da violência
- . o medo de perder o emprego
- . o medo do amanhã
- . o medo de se comprometer...

Outra grande dificuldade é a integração da fé com a vida. A dicotomia religiosa conseguiu alienar o povo para uma espiritualidade intimista, descomprometida, desligada da realidade.

Assumir uma caminhada de luta por uma saúde global, integral e coletiva, como compromisso de fé, é uma violência para muitas pessoas.

Tudo vai bem enquanto permanece no nível do atendimento comunitário.

Mas, à medida que o processo exige organização, reivindicação e consciência política, tudo começa a ser complicado e difícil. Daí a exigência de um processo lento mas comprometido.

Ao mesmo tempo que existem dificuldades, essas mesmas dificuldades criam facilidades. A situação opressora, cria aproximação entre as pessoas, temos os mesmos problemas, sofremos a mesma opressão, temos as mesmas lutas... Somos, portanto, irmãos na caminhada. Surgem daí gestos maravilhosos de partilha, de solidariedade, de companheirismo, de comunhão... E nesse espírito, o novo vai abrindo espaço, estabelecendo-se como rebento da Nova Sociedade.

7. DESAFIOS.

Esses são inúmeros e desafiadores. O sistema se garante qual polvo, com mil tentáculos. Um deles são os meios de comunicação social que fazem a cabeça do povo. O processo libertador se torna uma gota no oceano, contudo, não deixa de ser processo. E quando as gotas resolverem dar-se as mãos... ?

O próprio sistema de saúde, montado para o lucro e para a minoria, é o nosso grande desafio. Mas, à medida que o pequeno acreditar no pequeno, haveremos de cantar:

Irá chegar um novo dia,

Um novo céu, uma nova terra, um novo mar.

E neste dia os oprimidos,

Numa só voz a liberdade irão cantar.

*Endereço da autora:
Secretariado de Pastoral
caixa postal 769
89200 — Joinville, SC*

UMA EXPERIÊNCIA DE PASTORAL CARCERÁRIA

Pe. Ney Brasil Pereira
Professor no ITESC

Introdução

Há quinze anos, exatamente desde março de 1974, sou Capelão das Instituições Penais de Florianópolis, a saber: a Penitenciária Estadual, a Cadeia Pública, e o Manicômio Judiciário. Na época, e até 1980, atendia também,

cada domingo à tarde, a Colônia Penal em Canasvieiras, onde cumpriam etapa final de pena cerca de 20 presos com suas famílias.

Lembro-me bem como fui "pescado" para esse trabalho, em si pouco atraente e de pouco Ibope, mas que considero uma graça do Senhor. Eu residia, então, no Arcebispado, recém-chegado do Instituto Bíblico de Roma e, destinado ao ITESC e não tendo ainda paróquia fixa,

ajudava aqui e ali, onde fosse necessário. Descobriu-me então a Irmã Maria Uliano, da Divina Providência, que acabara de conseguir a construção de ampla Capela junto à Cadeia Pública e que, em companhia do Dr. Ernani Palma Ribeiro, então Juiz da Primeira Vara Criminal, veio visitar-me e convencer-me para uma visita "sem compromisso" à Penitenciária e à Cadeia. A visita "sem compromisso" logo transformou-se numa Provisão do Sr. Arcebispo, que me nomeou Capelão de nossas Instituições Penais, delegando-me a obrigação e o privilégio de cumprir a palavra de Jesus em Mt 25,36: "Estive preso, no cárcere, e viestes ver-me". . . E desde então, no que considero, repito, uma graça divina, tenho semanalmente ido aos nossos presídios para "ver o Senhor" que lá se encontra preso.

Duas reminiscências ainda. A primeira, de meu falecido pai, de quem recordo, na minha infância em São Francisco do Sul, as visitas periódicas que fazia à pequena Cadeia local. Era seu costume sagrado, às tardes de domingo, visitar ou os doentes no Hospital, ou os velhinhos no Asilo, ou os presos na Cadeia. . . A segunda, dos meus tempos em Brusque, quando professor no Seminário de Azambuja, todas às vezes que passava, de bicicleta, ao lado da Cadeia Pública, vinha-me a "intenção", nunca porém efetivada, de atravessar aquele portão e levar, lá para dentro, a minha presença de Padre. Isto, num contraste nada edificante com a prática — não apenas a "intenção" — de meu pai. Felizmente, agora, já por quinze anos e sem o ter procurado, a "boa intenção" de visitar os presos tem-se tornado realidade, a Palavra novamente fazendo-se carne (cf Jo 1,14), graças a Deus.

Descrição do trabalho

1. Nome: Discute-se o termo. No vol. 4 dos "Estudos da CNBB", Ed. Paulinas, SP, 1974, aparece o título "Pastoral Carcerária". Outros preferem "Pastoral Presidiária". Outros ainda, como no recente livro do Pe. Bruno Trombetta "A Igreja, os presos e a sociedade" (Ed. Vozes, RJ, 1989), falam em "Pastoral Penal", como é chamada essa pastoral na arquidiocese do Rio de Janeiro.

A Pastoral Carcerária quer ser uma presença de Igreja no meio dos nossos irmãos presos

2. Objetivo: Motivada pela palavra de Jesus, quer no seu discurso-programa, na sinagoga de Nazaré: "O Senhor me enviou para. . . proclamar a remissão aos cativos" (Lc 4,18), quer no julgamento final: "Estive preso, e viestes ver-me" (Mt 25,36), a Pastoral Carcerária quer ser uma presença de Igreja no meio dos nossos irmãos presos, "os mais pobres dentre os pobres, porque privados de sua liberdade", levando a eles a palavra da Fé e a presença fraterna cristã. Nesse sentido propõe-se atuar junto às Direções dos estabelecimentos penais, a fim de que os objetivos da "reeducação" ou "re-socialização" do detento estejam

de acordo, também na sua execução, com a dignidade e os direitos da pessoa humana.

3. Situação: Comparando com os presídios monstros do Rio, São Paulo (a famigerada "Casa de Detenção", com mais de 6.000 presos!) e mesmo Curitiba (Piraquara, e a "Prisão Provisória" do Ahú), nossos presídios, aqui em Florianópolis, ainda têm condições razoáveis⁽¹⁾. Antes, porém, um esclarecimento dos termos: "Penitenciária" é um presídio para cumprimento de pena, portanto só para presos condenados, e teoricamente para penas longas, enquanto "Cadeia" ou "Detenção" é um presídio teoricamente só para detentos com prisão preventiva decretada, ainda não condenados, e cujo caso, também teoricamente, deveria ser solucionado no prazo de três meses; de fato, porém, em todas as Cadeias, também na nossa, bom número de detentos já são condenados, não devendo, portanto, continuar mais aí, mas tendo o direito de serem transferidos para a Penitenciária. É que a Penitenciária, teoricamente (e aqui em Florianópolis, na prática), deve oferecer trabalho, escola e cubículos individuais a seus "reeducandos", enquanto a Cadeia, pelo fato de teoricamente ser provisória, portanto, mero "depósito de presos" (!) à disposição da Justiça, tem celas coletivas e não oferece trabalho nem escola para seus detentos.

Concretizando a situação em Florianópolis: na Penitenciária temos um total de quase 300 presos, contando cerca de 180 no "casarão", em regime fechado, e cerca de 100 nos alojamentos externos, em regime semi-aberto; a Cadeia Pública, construída em 1971, com 4 alas e capacidade ideal de 80 detentos, está com mais de 200, incluindo — irregularmente, aliás — no fundo de uma das alas, algumas mulheres, às vezes mais de dez. Perto da Cadeia, mas totalmente separada e com administração própria, funciona, desde 1985, a "Casa do Albergado", que acolhe detentos com a regalia de trabalharem fora, devendo, porém, retornar ao Albergue à noite e nos fins de semana. E temos também, desde 1970, o "Manicômio Judiciário, no espaço entre a Penitenciária e a Cadeia Pública, também com administração própria, com médicos, enfermeiros, psiquiatra, psicólogo, assistente social, etc., e com cerca de 60 internos, a maioria com problemas mentais ou em observação para laudo médico sobre o grau de responsabilidade em relação ao delito cometido. Por último, podemos mencionar a Colônia Penal em Canasvieiras, que esteve desativada por vários anos, e no momento está acolhendo alguns presos com suas famílias, além de outros 20 em regime semi-aberto, dedicados a atividades agrícolas.

4. Os presos: Mesmo na Penitenciária Estadual há relativa rotatividade, isto é, a população carcerária vai mudando bastante. Um pouco de estatística ajuda a entender: quando comecei meu trabalho, em março de 1974, a matrícula, isto é, o número que cada detento recebe, estava perto do n° 3.900; agora, em outubro de 1989, isto é, quinze anos depois, creio que não há mais ninguém daquela época, e a matrícula já chegou ao n° 5.700. Isto quer dizer que, descontando os 300 presos que agora aí se encontram, passaram pela Penitenciária, nestes 15 anos, e naturalmente não mais aí se encontram, nada menos que 1.500 detentos⁽²⁾, com cada um dos quais pude falar pessoalmente nos primeiros dias do seu confinamento na chamada "pri-

meira fase" da sua vida no presídio. É um dos momentos mais importantes, a meu ver, esse diálogo inicial, no qual sempre tenho encontrado muita receptividade e respeito. É o momento em que discretamente me informo dos antecedentes, da situação familiar, religiosa, de cada um, recebendo tantas vezes confidências preciosas, e aproveitando para, também discretamente, oferecer um terço do rosário de Nossa Senhora e um Novo Testamento, ou um catecismo breve, sempre muito bem aceitos.

Bom número são jovens, a maioria com menos de 30 anos

A quase totalidade se diz *católico*, pelo menos de batismo e tradição, embora depois, no correr do tempo, alguns passem a freqüentar o culto dominical da *Assembléia de Deus* e outros freqüentem também o grupo dos *espíritas*, que se reúne às segundas-feiras. Um tempo havia ainda a escola sabatina, adventista, aos sábados à noite. A freqüência à Missa aos domingos (todos os domingos pela manhã, na Capela que existe dentro da Penitenciária com capacidade para, apertadinho, uns 100), facultada aos 180 presos do regime fechado, mas descontando-se os que se encontrem de castigo, ou na "primeira fase", é relativamente fraca: até no ano passado, uns 50 a 60, no máximo 70 por domingo; atualmente, por medidas de segurança, o acesso é permitido só à metade das alas, comparecendo então uns 25 a 30.

Bom número são jovens, a maioria com menos de 30 anos (3). E o tipo de preso tem mudado bastante, de 1974 para cá: na época, os crimes mais comuns eram o homicídio ou roubo simples, enquanto que hoje avolumam-se os casos de assalto à mão armada e o envolvimento com drogas, etc. Naquela época não se cogitava em seqüestros e a movimentação era bastante livre pelas alas e pátios, sendo também freqüente o acesso ao Salão "de atos" para conferências, shows, premiações. Hoje, depois de fugas com seqüestro de autoridades em 1985 e 86, uma na Penitenciária e uma na Cadeia Pública, além de mais uma tentativa na Penitenciária, as normas de segurança tornaram-se evidentemente mais rígidas. Mesmo assim, a não ser por breves períodos, não me tem sido impedido o acesso, quer para a Missa dominical quer para minhas entrevistas semanais, em geral às noites de quarta-feira, tanto com os presos que estejam chegando, como com aqueles que estejam de castigo, com os quais converso junto à porta de cada cubículo.

Respeitam e apreciam muito a presença do Padre e da Irmã e de outros agentes pastorais

Na *Cadeia Pública* a situação mudou muito, e para pior, por causa do excesso de presos aí confinados e também pela insegurança maior. Quando comecei a atuar ali, em 1974, junto com Irmã Maria Uliano, vinham praticamente todos os detentos, junto com o Diretor (1), para a Missa às terças-feiras à tarde, na bonita e espaçosa Capela, inaugurada em fins de 1973 e construída por iniciativa e esforço pessoal da mesma Irmã Maria. A Capela fica junto à Cadeia, com uma porta que abre diretamente para o pátio interno, por onde os presos entram no recinto. Digo que "entram", porque desde novembro de 1986 não entram mais: desde aquele ano em que houve seqüestro de autoridades na Penitenciária, a Direção da Cadeia (que tem mudado muito de titular) tem opinado que não pode responsabilizar-se pelo Padre e as Senhoras que o acompanham, sozinhos no meio de um grupo de 40, 50, 60 ou mais presos ... Confesso que algum receio sentia, e às vezes ainda sinto, mas isto não me impede de continuar: afinal, sem ser temerário, um pouco de confiança em Deus a gente deve ter, e confiança também nos presos, que normalmente respeitam e apreciam muito a presença do Padre e da Irmã e de outros agentes pastorais que nos acompanhem.

De resto, a aparência dos presos na Cadeia é bem mais deprimente que na Penitenciária: embora a gente logo se habitue, a primeira impressão, da primeira visita às galerias, na Cadeia, em 1974, foi tão forte (4), que aquela imagem continuou várias horas, mesmo à noite, perturbando a mente e o coração. Naqueles pequenos cubículos, cada um com 2, 3, 6, ou mais detentos convivendo ali promiscuamente a maior parte do dia (com exceção das "horas de sol" no pátio), dormindo, comendo, tomando banho, defecando, tudo naquele pequeno espaço da cela, a "vida" que levam esses nossos irmãos — a maior parte jovens, e na ociosidade — não merece o nome de vida! No caso de prisão preventiva, teoricamente provisória, passageira, ainda bem (mall). Mas a maioria são condenados, que por lei não poderiam mais estar lá e sim na Penitenciária, que lhes oferece condições de trabalho e de re-socialização.

Tem corrido voz, ultimamente, sobre a incidência da AIDS entre eles, quer por causa da promiscuidade, quer por efeito de drogas injetáveis praticadas antes da prisão, e se fala, por isso, na preparação de uma ala na Penitenciária reservada a presos aidéticos, que tenham o vírus constatado. A suposta ala, porém, ainda não está em funcionamento.

No *Manicômio Judiciário*, a situação é mais ou menos a de um hospital psiquiátrico, não deixando de ser também um estabelecimento prisional. Há celas individuais e alojamentos coletivos. Além dos agentes prisionais, há uma equipe de médicos e psiquiatras, enfermeiros, psicóloga, assistente social etc. Atualmente a capacidade é de 60 a 70 internos, alguns com distúrbios crônicos, mas boa parte são os que, tendo cometido um delito em circunstâncias que denotam alguma insanidade mental, vêm para o Manicômio Judiciário para laudo médico. Há também os que apresentam distúrbios por efeito das drogas; os que são liberados e depois retornam; os que são transferidos para a Colônia Santana, etc. A situação deles é razoável no que toca à alimentação e higiene, em parte porque seu número é relativamente pequeno e o quadro de funcionários é adequado: em todo caso, por deprimente que possa ser a vista de um grupo de pessoas com vários distúrbios, estamos longe, graças a Deus, dos infernos que são os Manicômios Judiciários de centros maiores.

5. **Equipe da Pastoral Carcerária:** É importante que haja uma Equipe. Mesmo porque o Padre não pode — nem deve — fazer tudo. E quanto mais numerosa e diversificada for a Equipe, tanto melhor, para que uns poucos não se sobrecarreguem. Mesmo porque se trata de um trabalho exigente, e cujo leque de necessidades tende a ampliar-se cada vez mais. Aqui em Florianópolis, confesso que tentei, mas não consegui, constituir uma Equipe ampla e perseverante, a exemplo das que existem em outras cidades — não muitas! — do país. Lembro-me de que comecei com a Irmã Maria Uliano DP, de tantos méritos, já mencionada acima, hoje velhinha, com seus 82 anos de idade, recolhida ao Convento das Irmãs idosas na Trindade. Na época, Irmã Maria havia fundado a LAFAM (Liga de Assistência aos presos e suas famílias), entidade assistencial reconhecida, através da qual ela conseguia fundos para suas benemerências dentro e fora dos presídios, inclusive para construir a grande Capela, já mencionada, da Cadeia Pública. Houve tentativas de se constituir uma Equipe da qual fizessem parte um Juiz, advogado, promotor, agentes prisionais, senhoras da sociedade, etc., além do Padre e da Irmã, mas não se conseguiu continuidade. Mais estável foi o grupo de senhoras que dava presença constante no Manicômio Judiciário e na Cadeia Pública, às tardes de segundas e terças-feiras. Hoje, o trabalho é feito por um Padre, uma Irmã (Irmã Ana Marta, da Divina Providência), um seminarista, e um grupo de quatro senhoras.

6. **Que trabalho?** — A atividade básica tem sido a *Missa dominical*, às 8h da manhã, na Penitenciária, além da *Missa semanal*, às 14h, na Capela da Cadeia Pública, para o pessoal do Manicômio Judiciário. Até fins de 1986 havia também a *Missa semanal*, às tardes de terças-feiras, na Cadeia Pública, atividade suspensa pelos motivos acima. Naturalmente, antes da Missa há sempre um tempo de preparação, ensaio de cantos (os presos gostam de cantar!) e, no Manicômio Judiciário, enquanto o Padre atende algumas confissões, uma das senhoras apresenta e esclarece algum tema para eles. Além disso, há os *círculos bíblicos* semanais: um na parte interna da Penitenciária, outro para o pessoal da cozinha, outro para o pessoal do alojamento, ainda outro para os da Casa do Albergado. Está havendo também, ultimamente, a visita de um seminarista às famílias da Colônia Penal, em Canasvieiras. Além disso, uma atividade que reputo da maior importância é a visita individual a cada preso da Penitenciária, normalmente às noites de quarta-feira, no horário das 19h30min às 21h30min, conforme já anotei acima. Também ofereço oportunidade para as *confissões*, na Penitenciária, duas vezes ao ano, antes da Páscoa e antes do Natal⁽⁵⁾, no decurso de uma celebração penitencial para a qual sempre convido um colega presbítero para lhes dirigir a palavra.

Como os presos em geral são *carentes*, eles costumam pedir muita coisa: desde envelopes com selo para cartas, sabonete e pasta dental, a tênis, meias, pilhas de rádio, material de artesanato, toalha, etc.; pedem também que se telefone para seus familiares; que se vá ao Juiz, que se fale ao Diretor, etc. É importante não prometer o que não se pode fazer. Aliás, alguns pedirão sempre alguma coisa. De outro lado, entendem, e não levam a mal, se lhes explicamos que não podemos atender a esse ou àquele pedido. De resto, existe assessoria jurídica, assistência social e serviço de saúde na Penitenciária, sendo bem outra a situação na Cadeia Pública.

Quanto aos *Direitos Humanos*, reconheço que outro, no meu lugar, teria tido uma atuação mais "agressiva",

no sentido de intervir e denunciar com mais prontidão e firmeza, no caso de espancamentos e isolamentos desnudos em "tocas", etc. Mas, provavelmente, não teria tido mais acesso, há tempo, lá dentro. Tenho preferido, quando venho a saber de algo irregular, falar diretamente com a autoridade envolvida, normalmente o Diretor do presídio, mais raramente um Juiz, também porque existe uma instância de inspeção legal, que é o próprio Juiz da Vara das Execuções Penais. Também poderia haver uma atuação maior da própria OAB, e dos estagiários de Direito, no caso frequente de presos que, sem recursos para pagar os honorários de um advogado, poderiam mais depressa conseguir um livramento condicional, ou prisão-albergue, ou redução de pena, etc.

Necessidades desses nossos irmãos, dos quais deveríamos lembrar-nos "como se estivéssemos na prisão com eles" (Hb 13,3).

Enfim, o trabalho pastoral, num presídio, e num complexo de presídios, é tão exigente e complexo, que sempre ficaremos aquém das muitas necessidades desses nossos irmãos, dos quais deveríamos lembrar-nos "como se estivéssemos na prisão com eles" (Hb 13,3).

7. **Outras experiências:** Como trabalho organizado, e como equipe estável, creio que a Pastoral Penal da arquidiocese do Rio de Janeiro, desde 1972 coordenada pelo Pe. Bruno Trombetta⁽⁶⁾, é um excelente exemplo do trabalho que se faz num complexo difícilíssimo de presídios como é o caso do Rio.

Outro exemplo excelente, é o do trabalho do Pe. Alfonso Pastore, que conheci na sua paróquia de São Pedro, no bairro do Suá, em Vitória, ES, coordenando a Pastoral da Saúde e a Pastoral Carcerária da arquidiocese local. Atualmente Pe. Pastore encontra-se, creio, em Paracatu, MG, e acaba de lançar um livro extraordinário sobre o nosso tema: "*O iníquo sistema carcerário*", com o subtítulo "Sociedade brasileira X preso"⁽⁷⁾. Lembro-me de que, em Vitória, Pe. Pastore sabia, como ninguém, envolver os casais do Movimento por ele fundado no Brasil, o ECC, na pastoral carcerária. Por sua iniciativa criou-se, em 1984, e continua atuante, em Vitória, a OPREV (Organização Comunitária pelos direitos dos Presos, das Vítimas, e de seus familiares)", estendendo-se a sua atuação também para as vítimas, tantas vezes igualmente ou mais necessitadas⁽⁸⁾.

As referências poderiam multiplicar-se, p. ex., ao trabalho da "Tia Eliza" e sua equipe, na Cadeia Pública de Criciúma, ao da "Soninha" e "Tia Ana", em Itajaí, etc., mas eu não poderia deixar de mencionar o trabalho da APAC, isto é, a "Associação de Proteção e Assistência ao Condenado", criada pelos cursilistas Mário Otoboni e Silvio Marques Neto, em São José dos Campos, SP, em 1972, e hoje estendendo-se por todo o país, em mais de 100 cidades brasileiras, formando inclusive a COBRAPAC (Confederação Brasileira das APACs). A experiência inicial

de Mário Ottoni está belamente descrita no livro "Cristo chorou no cárcere" (9), ao qual seguiram-se outras publicações do mesmo autor (10), além da revista da APAC, "APAC em revista", iniciada em 1987 e já no 14º número (11). A prova maior do sucesso e da exequibilidade da filosofia de trabalho da APAC está no Presídio Modelo de São José dos Campos, que há dois anos é administrado *sem nenhum policial* civil, militar, ou agente prisional, e que foi totalmente recuperado e agora ampliado *sem verbas governamentais*, só com recursos da comunidade, para abrigar 120 presos! É claro que o "milagre" de São José dos Campos, além da graça de Deus, se deve à tenacidade de Mário Ottoni e sua equipe, que lá estão realizando o que pareceria impossível mas impossível não é, desde que haja pessoas corajosas, decididas, dispostas a considerar prioritário este trabalho pastoral.

A perseverança na evangelização dos irmãos presos é dom de Deus.

Conclusão

Gostaria de concluir com as palavras do Pe. Alfonso Pastore, pronunciadas no Encontro Nacional da Pastoral Carcerária no Rio de Janeiro, em 1986, e transcritas no livro citado acima, "O iníquo sistema carcerário", p. 96: "A presença nos presídios, nas cadeias, manicômios judiciários, delegacias, detenções, colônias penais, não é algo que depende exclusivamente de nós. Para ser ação de Igreja, para ser evangélica, as pessoas — leigos ou clérigos — devem abrir-se ao Espírito Santo. Invocá-lo, e, sobretudo, ser obedientes aos seus apelos. A perseverança na evangelização dos irmãos presos é dom de Deus. Jesus afirma que a Boa Nova, o Reino do Pai, é "anunciar a redenção aos cativos". A Igreja de Cristo está muito longe de um compromisso com o irmão preso, quer nas delegacias das comarcas do interior, quer nos grandes presídios das capitais..."

Creio que essa constatação do Pe. Pastore vale também para nós, em Santa Catarina. Somos abençoados porque nossos presídios ainda têm dimensões relativamente humanas, como assinaléi acima. Mas qual a presença afetiva da Igreja em todos os presídios e cadeias do nosso Estado, das nossas dioceses? Pode até estar constando, em nossos planos diocesanos de Pastoral, na linha 6, dimensão profética e libertadora, no item da "Pastoral Social", também a "Pastoral Carcerária"... Mas qual é o compromisso real de nossas comunidades, com nossos irmãos presos? Respondemos que não temos tempo de fazer mais, que não dá, que é perigoso, que é arriscado, que não vale a pena, porque "preso não tem jeito mesmo", mas são tudo pretextos para nos justificarmos. É preciso desmascarar os pretextos e assumir.

Repito o que dizia no início. Considero uma graça do Senhor a incumbência recebida há 15 anos, e espero continuar a desempenhá-la o melhor que puder. E espero que mais padres, irmãs, seminaristas, leigos e leigas, em

nossas dioceses, vençam logo suas resistências, desmascarem seus pretextos, atravessem o portão dos presídios e se encontrem, coração a coração, com aqueles irmãos que esperam por nós. Há casos repelentes, há presos irrecuperáveis — novos pretextos! — mas a maioria deles é terra que pode ser trabalhada, até já está preparada, pelo sofrimento, para receber a semente. Só falta o semeador.

NOTAS

(1) Por isso, é lamentável que tenha sido aprovado e se estejam dando passos para a concretização do projeto de uma nova Penitenciária "de porte médio", para 500 (quinhentos!) detentos, num novo Complexo penitenciário a ser construído nos arredores da grande Florianópolis. Isto, quando o ideal seriam Penitenciárias menores, nas diversas regiões do Estado, como já existem as de Chapecó e de Curitiba. Por que não outra em Joinville e outra em Criciúma, p.ex., e então uma nova Penitenciária menos ampla, nos arredores da Capital? Onde está o respeito à Lei nº 6.416, de 1977, que enseja ao sentenciado o direito de cumprir a pena na comarca da condenação ou onde resida a sua família, obviamente visando oportunizar melhores condições de re-socialização? (cf artigo de OTTOBONI, Mário, na "APAC em revista", ano 3, nº 14, junho de 1989, S. José dos Campos, SP, p.16: "Onde o condenado deve cumprir a pena?").

(2) Isto quer dizer que, dos 1.500 presos que saíram, a imensa maioria não voltou, isto é, não reincidiu! Isto, contrariamente à teoria de que "preso não tem jeito", "preso não tem remédio"... É verdade que vários voltaram à vida do crime e foram mortos, ou estão novamente presos nas cadeias ou em outras Penitenciárias. Mas tenho a impressão — não referendada por estudos estatísticos exatos — de que, como disse, a "imensa maioria", pelo menos dos egressos da Penitenciária, não reincidiu.

(3) É praticamente sem qualquer triagem, qualquer separação entre jovens de 20 anos e adultos de mais de 30, ou entre primários e reincidentes (eles dizem "residentes"), com todos os problemas que daí se originam.

(4) Cf a descrição que faz de experiência semelhante o fundador das APACs no Brasil, Mário Ottoni, de quem falarei mais abaixo, e já citado na Nota 1, em seu livro "Cristo chorou no cárcere", Ed. Paulinas, SP, 1978, 3ª ed., p. 18-19.

(5) Até 1985, ano do primeiro seqüestro, havia a comemoração festiva da "Semana do Reeducando", cujo ponto alto, em geral a 1ª de agosto, dia da antiga festa de São Pedro "in vinculis" (= São Pedro na prisão), era a Missa Festiva, com a presença do Sr. Arcebispo e, várias vezes, do Sr. Governador do Estado. No decurso daquela semana havia espaço, na noite da véspera ou da antevespera, para uma celebração penitencial preparatória. Aliás, até aquele ano, o Sr. Arcebispo costumava celebrar, além do "dia do sentenciado", a 1ª de agosto, também o Natal e a Páscoa, na Penitenciária. A partir de então, as autoridades competentes têm opinado que é preferível, por motivos de segurança, não fazer celebrações de massa.

(6) Ver o seu livro recente: TROMBETTA, Pe. Bruno, "A Igreja, os presos e a Sociedade", Ed. Vozes, RJ, 1989, explanação teórica, em 12 breves capítulos, sobre a pastoral carcerária, começando por abordar "a Igreja e os DH" até a "Crítica ao sistema penitenciário brasileiro". Creio que é também do Pe. Bruno, embora não conste seu nome, a redação do livrinho "A evangelização do homem encarcerado — Reflexões Pastorais", da Comissão Arquidiocesana de Pastoral do Sistema Penal", Ed. Vozes, RJ, 1975.

(7) PASTORE, Pe. Alfonso, "O iníquo sistema carcerário", Ed. Loyola, SP, 1989. A diferença do livro do Pe. Trombetta, Pe. Pastore não apresenta teoricamente os vários aspectos do tema, mas os expõe num livro-depoimento que impressiona pelo estilo duro, até agressivo, do autor. No mesmo estilo e com a mesma candência, cf seu livrinho anterior: "Pastoral Carcerária e você", Ed. Santuário, Aparecida, SP, 1986.

(8) Editada pela referida OPREV, saiu interessante apostila mimeografada, da advogada DAHER, Marlusse P., "Manual do Agente de Pastoral Carcerária", s/d, apenas 12 páginas, contendo informações muito práticas, inclusive dos trâmites legais, para todos os que se interessam por este trabalho.

⁽⁹⁾OTTOBONI, Mário e MARQUES NETO, Sílvio, "Cristo chorou no cárcere", Ed. Paulinas, SP, 1978, 3ª edição.

⁽¹⁰⁾P.ex. OTTOBONI, Mário, "Meu Cristo, estou de volta", Ed. Paulinas, SP, 1978; id "O mártir do cárcere" (história do Dr. Franz de Castro Holzwarth, vítima de uma ação da polícia contra um grupo de presos em fuga que o levavam como refém voluntário, defronte à cadeia de Jacaré, em 14-2-1981), Ed. Paulinas, SP, 1983; id. "A comunidade e a execução da pena",

Ed. Santuário, Aparecida, SP, 1984 etc.

⁽¹¹⁾"APAC em revista", publicação bimestral da COBRAPAC, Cx. postal 531, São José dos Campos, SP.

endereço do autor:

Cx. postal 5041 — ITESC
88041 — Florianópolis, SC

O DIACONATO PERMANENTE EM SANTA CATARINA

Diác. Arthur Maurici
Presidente da CRD (1)

"Naqueles dias, como aumentasse o número dos discípulos, surgiram murmurações entre os hebreus contra os hebreus. No serviço cotidiano, diziam eles, eram esquecidas as suas viúvas. Os Doze convocaram, então, a assembléia dos discípulos e disseram: 'Não nos convém abandonar a Palavra de Deus para servir às mesas. Procurai antes, entre vós, irmãos, sete homens de boa reputação, repletos do Espírito e de sabedoria, e nós os colocaremos na direção deste ofício. Quanto a nós, permaneceremos assíduos à oração e ao ministério da Palavra'. A proposta agradou a toda a assembléia, e foram escolhidos: Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo, Filipe, Prócoro, Nicanor, Tímon, Pármenas e Nicolau, prosélito de Antioquia. Eles foram apresentados aos apóstolos e, depois de terem orado, impuseram-lhes as mãos." (Atos 6, 1-6)

A partir deste texto, vemos implantado o Diaconato na Igreja. Sabemos que na Igreja primitiva ele foi muito atuante, tendo como função principal a assistência aos necessitados. Com o correr dos séculos, e o aumento do número dos presbíteros, o Diaconato foi perdendo sua função, ou melhor, suas funções foram absorvidas pelos presbíteros. Hoje, no entanto, quando praticamente em toda a Igreja o número de vocações presbiterais é cada vez menor, e tendo ocorrido oficialmente a sua restauração pelo Vaticano II "como um grau próprio e permanente da hierarquia" ⁽²⁾, este ministério vem novamente aparecendo como alternativa para uma mais eficaz difusão do Reino.

No Brasil, já bom número de dioceses estão implantando o Diaconato Permanente em seu quadro clerical. Em Santa Catarina, embora ainda sem muita divulgação, já temos o Diaconato Permanente como presença marcante no Regional, tanto em número quanto em qualidade de atuação, especialmente na arquidiocese de Florianópolis, conforme veremos nos dados apresentados a seguir. Com esta explanação, pretendemos tornar o leitor não só conhecedor desta realidade mas, quem sabe, despertar-lhe o interesse e incentivá-lo para a expansão deste quadro.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que em nosso Regional Sul IV os Diáconos Permanentes não são elementos "soltos" dentro da organização pastoral. Eles estão sob a coordenação da Comissão Regional de Diáconos (CRD), que congrega todos os Diáconos Permanentes das oito dio-

ceses de nosso Estado. Em Florianópolis existe também a Comissão Arquidiocesana do Diaconato Permanente (CADIP).

Uma das principais funções do Diácono é a animação de comunidades

Como sabemos, atualmente, uma das principais funções do Diácono, além da administração de Sacramentos e da proclamação da Palavra, é a animação de Comunidades. Por isso, tem havido uma constante preocupação com a formação dos Diáconos Permanentes, formação tanto teológica quanto psicossociológica.

Inicialmente, nossos candidatos ao Diaconato faziam seus estudos preparatórios em Porto Alegre, RS, na Escola Diaconal Santo Estêvão. Posteriormente, como o número de candidatos era cada vez maior, e sentia-se a necessidade de uma formação mais dentro da nossa realidade, além do problema da distância, criou-se, na arquidiocese de Florianópolis, a Escola Diaconal São Francisco de Assis. Nestes anos de existência, a Escola tem atendido e formado não só candidatos da arquidiocese, mas também das outras dioceses do Estado e mesmo de fora dele, como é o caso, ultimamente, de Piracicaba, SP, e Palmas, PR.

Atualmente a Escola Diaconal São Francisco de Assis funciona em Florianópolis, no Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC), sob a direção do Pe. Dr. Walter Maurício Goedert, cuja tese de Doutorado em Liturgia intitulase, precisamente, "A restauração do Diaconato Permanente" ⁽³⁾. Cada curso tem a duração de 4 anos, com duas etapas de 10 dias por ano, normalmente em fins de janeiro e em meados de julho. Seu currículo programático consta, além de outras, das seguintes disciplinas: Sagrada Escritura, Moral, Liturgia, Pastoral e Dogmática. Todo o conteúdo das disciplinas encontra-se em apostilas que, inclusive, têm sido adotadas por outras Escolas Diaconais do país.

Além das aulas, a Escola faz um trabalho de acompanhamento extraclasse, com uma visita anual a todos os seus alunos, com o objetivo de incentivá-los e ao mesmo tempo fazer uma sondagem quanto à aceitação dos mesmos pela família e pela comunidade onde atuam, condições indispensáveis para sua ordenação.